



Ora aqui está a inocência!!!

Como o insuspeito director da Fazenda Pública apreciava há três anos a situação do Banco de Portugal e provava que das suas falcaturas era cúmplice consciente o actual presidente do ministério
Entre o Angola e Metrópole e o Banco de Portugal, os burlões daquele e os burlões d'este, o diabo que escolha!

Ontem prometeu *A Batalha* fazer hoje sensacionais revelações. A promessa cum-
preu-se; porém, não se juge que penetramos profundamente no âmago da gruta onde os
deuses guardam avaramente o seu segredo... o segredo das investigações policiais.

Mesmo, porque—entendendo-nos!—*A Batalha*, ao operariado que ela representa, não
lhe importa o resultado a que porventura cheguem os juízes investigadores deste intri-
gado escândalo das notas de 500 escudos, nem defendemos A, B ou C, dos dados como
implicados e que já estão presos, nem mandamos prender—como outros jornais têm
descrito a fazê-lo—quem quer que seja.

O nosso ataque, a razão de ser da nossa campanha visa algo mais do que as in-
tresserias superficiais que aos outros preocupam, visa a demonstrar a falácia do sis-
tema capitalista, cujos elementos, possuidos de ambícões desmedidas, rapinam entre si
os despojos dum povo que sofre, dum país que no concerto europeu marca um dos pri-
meiros lugares da ruína, da depressão material, moral e mental.

Lançamos e desenvolvemos esta campanha porque somos o povo depauperado pelas
crises de trabalho constantes, pelo encarecimento e desnaturamento dos artigos alimenta-
res e sufocado pela opressão violenta das oligarquias que, depois de traduzirem em
moeda as energias da população que trabalha, distorcem essa moeda, multiplicam-na,
fazem dela uma nova indústria, carram-na através das ramificações bancárias internacio-
nais, provocando a estagnação e o afrouxamento de toda a engrenagem da produtividade
e distribuição entre si, para seu exclusivo gôsto, o que, por direito natural, devia ser
pertença dos que se exaurem a produzir.

Nós bem sabemos, bem os sentimos, que neste momento se procura emudecer todos
aqueles que desassobiadamente erguem sua voz, no intuito único de que a parte mais
importante dum grande escândalo não seja velada aos olhos da única vítima—o Povo.
Já nos apercebemos de que, da imprensa diária, somos o único jornal que persiste
no desmascaramento de todos os personagens que no escândalo mergulharam.

Só?... Está bem; vale mais sós do que mal acompanhados!

O passado puxando pela ponta do véu

Ao leitor, afé mesmo àquele que nunca viu sequer nas mãos dos outros uma nota
de 500 escudos, não pode deixar de causar impressão a pertinacia com que quase toda a
imprensa, parlamentares, investigadores, etc., etc., bradam aos ventos a inocência e o
patriotismo dos Inocentes e dos Motos do Banco de Portugal.

O Banco de Portugal... eis a vítima!

Os homens do Banco de Portugal... ah! estão os grandes patriotas, os super-ho-
nestos, os homens acima de toda a suspeita!

Isto diz-se; isto grita-se; mas não o acreditamos, muito embora estejamos

sujeitos a que os «inocentes» voltem a impetrar do dr. Alves Ferreira uma mordada

para *A Batalha*!

Não o acreditamos... mas não somos só nós quem não o acredita. Alguns dos in-
dividuos que hoje obstinadamente defendem a integridade do Banco de Portugal e a
honrabilidade dos seus dirigentes, isto sem provas, ontém atacavam, mas atacavam
com irrefutável argumentação, com dados precisos e, para nós, preciosos...

Ora, apercebemos:

Um dos jornais que com mais denodo tem defendido o Banco de Portugal e os
seus «inocentes» é dirigido pelo sr. Alberto Xavier, director geral da Fazenda Pública.

Pois em Março de 1923, o mesmo sr. Alberto Xavier, num formidável discurso que

preencheu 39 paginas do *Diário da Câmara dos Deputados*, tratando de um empresti-

mo a contrair pelo Estado, no Banco de Portugal, colocou este pelas ruas da amagura,
não poupano o governo que se dispunha a firmar um contrato que permitia que o
Banco, à sombra de 140.000 contos para o Estado, se locupletasse com 20.000 contos,
aumentando assim em 160. contos a circulação fiduciária, ou para melhor, em 200.000
contos, visto que o próprio governo pedia autorização para emitir até 40.000 contos de
bons de moeda subsidiária de 1 escudos e de 50 centavos.

Escalpelizando a situação do Banco Emissor, afirmava o sr. Alberto Xavier, entre
outras coisas o seguinte:

«Cabe ao Banco de Portugal, sr. Presidente, importante parcela de responsabilidade
na situação actual económica portuguesa que tanto nos aflige.»

«O contrato de 29 de Abril de 1918 abriu, de par em par, as portas da estamparia do
Banco de Portugal para as vertiginosas emissões de notas inconvertíveis de curso
obrigatório.»

**Prova-se que o Banco de Portugal, de cumplicidade com os governos,
de há muito fabrica moeda falsa**

Vejamos, agora, o mais importante:
O sr. Alberto Xavier, o director geral da Fazenda Pública, o homem que hoje pro-
clama a super-honestidade e o super-patriotismo dos burlões do Banco de Portugal e
que hoje está ao lado do governo, em 1923 diz o seguinte:

«Quer fundando-se na alínea i) da base 2.º do contrato de 29 de Abril de 1918,
quer baseando-se no § único do artigo 14.º das bases anexas à lei de 29 de Julho de 1887,
o governo e o Banco de Portugal não podiam ter celebrado a convenção de 29 de de-
zembro de 1922, pela qual esse Banco se obrigou a fazer suprimentos ao Tesouro em
conta corrente, suprimentos feitos por meio de emissão de novas notas.»

Como se vê, só legalmente, segundo a opinião autorizada do sr. Alberto Xavier, o
governo, de então, a que presidia o sr. António Maria da Silva, autorizou a emissão de
notas novas.

Mas isto não é tudo. *A Batalha* afirmou que ao Banco de Portugal, a Inocência Ca-
macha e a Mota Gomes cabiam as maiores responsabilidades.

O Banco de Portugal protestou junto do juiz Alves Ferreira, insinuando a repre-
são contra a inocência dos individuos por nós acusados.

Pois agora, caros leitores, já não somos nós, não é *A Batalha*, órgão derrotista, é o sr.
Alberto Xavier, director geral da Fazenda Pública, quem o afirma no seu discurso de 1923:

«E' manifestamente ilegal, sr. presidente, essa convenção. Não há sofismas possíveis
que possam pretender dar-lhe validade jurídica.

As emissões de notas efectuadas ao abrigo da referida convenção foram arbitrárias,
de maneira que essas notas são, na realidade, notas falsas.

E porque são falsas essas notas, senhor presidente?

Porque foram emitidas sem autorização legal expressa.

Que diferença há entre essas notas e as notas que, porventura, sejam

clandestinamente fabricadas por qualquer particular?

Porque é que são havidas por falsas as notas feitas por particulares e
os seus autores sujeitos a responsabilidade criminal tão grave que o julga-
mento dos crimes de moeda falsa não obedece às regras comuns, mas sim

a um regime excepcional?

A razão, sr. presidente, é que só o Banco de Portugal tem privilégio de emitir
notas, isto é, papel-moeda, privilégio que é concedido e regulado por leis e contratos
legalmente celebrados. Quando alguém, seja quem for, salvo o Banco de Portugal, emite
notas representativas de ouro e de prata, comete um crime para o qual a legislação
penal estabelece sanções severas.

Se o próprio Banco de Portugal emitir notas sem autorização legal
clara e inofensimável, éste facto envolverá responsabilidade criminal para os
seus dirigentes e executivos. Não há diferenças na situação jurídica que
é absolutamente idêntica.

Do mesmo modo, o governo, ordenando emissões ilegais dessas notas,
pratica um acto criminoso, sendo os seus membros responsáveis como
qualquer cidadão autor de moeda falsa.»

Depois disto, ocorre-nos perguntar:
Em que tem exagerado *A Batalha*? São ou não falsários os dirigentes do Banco de
Portugal? São ou não seus címplices os que lhe abrirem as portas da fraude?

Ah! sr. António Maria da Silva, Inocência Camacho, Mota Gomes e parceiros, o
passado é bem alcoviteiro!...

Mas, adiante...

O sr. Alberto Xavier, afirmou mais o seguinte:

«Ora, se o Banco de Portugal por deliberação própria, ou por acordos
com o governo e por sugestão d'este, emite notas sem expressa determina-
ção das leis ou dos contratos legalmente celebrados, como é que o público
há de ter confiança nelas?»

Os ferroviários do Estado na perspectiva de uma greve

A comissão de melhoramentos dos fer-
roviários do Estado enviou a «nota oficial»
que a seguir publicamos pela qual se
prende que os ferroviários estão na pers-
pectiva de uma greve em virtude do ad-
ministrador geral Pinto Teixeira ter votado
de interessa para o pessoal ferroviário
que é o seu triunfo.

E surgiu, pois, o pendão da libe-
rade ofendida agitado precisamente
pelo aliados daqueles que pelas ga-
rantias individuais dos cidadãos ti-
veram sempre o maior dos despre-
zados.

«Políticos com responsabilidades
governativas, cuja missão devia ser
um sacerdócio, trocaram os inter-
esses da Nação pelos das suas ambi-
ções alicerçando-as nessa pléia de
bandidos como factor indispensável
para o seu triunfo.»

A polícia confessa pois, aberta-
mente, que nutriu antipatia pela
presa de alguns políticos. E aqui te-
mos nós o governo civil transforma-
do em centro partidário, pago do
nosso bolso, com sede, espingardas,
sabres e pistolas, e alimentação e
vestuário arrancados dos impostos
que o Estado nos cobra.

O caso é mais grave do que à
primeira vista parece. O artigo do
Boletim é mais do que uma asneira
feita por ignorância e estupidez, é
uma infâmia friamente meditada e
revela que a polícia quer fazer ouvir
na política, no Terreiro do Paço, a
sua voz—a voz das suas Parabellum,
Savages e Brownings—e impor as
s suas ideias sobre a maneira como
deveem ser enclausuradas ou dizimadas
as pessoas com quem ela em-
briava.

Caminhamos para a formação dum
ministério de polícias? Pelo menos
um ministério dessa natureza já é
uma aspiração ardente dos inimigos
do gênero humano, entrincheirados
no governo civil.

O artigo do Boletim também nos
dica algumas «amáveis críticas»
que amanhã não deixaremos de ana-
lisar dando-lhes merecida resposta.

Os proprietários das nossas vi-
das, os senhores da nossa libe-
rda-
de, ali do Governo Civil exorbitam
à valentona das suas funções e aten-
tam, e gravemente, contra os prin-
cípios disciplinares e indispensáveis

Como é que o público há-de poder distinguir quais dessas notas são
legalmente verdadeiras, quais as que são falsas?

Querem mais? És tu ou não provada assim a incomensurável inocência dos «ino-
cêncios»?

Razão temos nós quando afirmamos que entre Angola e Metrópole e Banco de Por-
tugal pode vir o diabo à escolha...

O público—ésses público cuja voz não se escuta nem se atende—bem sabe que de
há muito os assfixiam num regime de moeda falsa!

E agora, para melhor avaliarmos a isenção e da coerência dos chamados homens
públicos—e tão públicos que se prostituem por amor da sua mulher e dos seus filhos
—apreciemos ainda esta passagem do sr. Alberto Xavier:

«Sr. Presidente: Nas sessões desta Câmara de 24 e 25 de Novembro (1922) um vivo
e sensacional debate se produziu e causou profunda emoção em todo o país.

V. Ex.º deve recordar-se bem.

O governo que se encontrava no poder e que era chefiado pelo ilustre deputado
sr. Alvaro de Castro, sendo ministro das Finanças o ilustre deputado sr. Cunha Leal,
viu-se obrigado a denunciar a existência de portarias secretas autorizando o Banco de
Portugal a emitir notas além dos limites legais.»

Aprecie-se agora este bocadinho que, sobre tudo o que fica dito, vale um tesouro:

«Verificou-se que um dos autores das portarias secretas fôra o antigo
ministro das Finanças, actualmente presidente do ministério, o sr. António
Maria da Silva.»

Que diz o leitor a isto? Que dirá a isto o sr. juiz Alves Ferreira?

Ora se o Banco que emite notas fôra dos contratos legais e os governos que, por
portarias secretas, tal consentem, ficam, segundo os códigos, equiparados aos particu-
lares falsificadores de moeda, em que situação estão colocados o Banco de Portugal, os
Inocentes, os Motos e o actual chefe do governo?

«Em que diferem estes burlões à solta dos burlões que estão presos?

Ah! agora percebemos a razão porque o sr. António Maria da Silva, actual chefe
do governo, o homem que sendo ministro das Finanças foi autor das tal portarias se-
cretas, está a dirigir superiormente as investigações policiais!...

E' que assim garante melhor as suas imunidades; assim, pode chamar antes que lho
chamem...

Ora, aqui está: Por isto, por ter repetido apenas uma coisa que as quatro paredes
do parlamento revelaram aos ouvidos do Povo, *A Batalha* tem sobre si onze querelas.

Continuaremos a bradar: venham querelas!... mas contem com uma para o sr. Al-
berto Xavier, director geral da Fazenda Pública que, tendo afirmado no seu célebre
discurso de há três anos, com grande solemnidade, que «se o Banco de Portugal con-
tinuasse a facilitar a prática desses actos desprestigiantes do crédito público, a sua voz
se ergueria, insuflada e vivificada por sinceros sentimentos patrióticos, para protestar
contra semelhante desorganização económica e semelhante anarquia monetária, hoje, não
se limita sequer a calar cobardemente, vindo a torcer a verdade e a defender as imora-
lidades que ontem altivamente apontou.

Oh! os super-patriotas, os super-honrados, estes homens públicos que se prostituem
com os mulheres públicas...

A cota confederal para mulheres e menores

Parecer do Comité Confederal aprovado na última sessão
do Conselho Confederal

«A Federação Nacional dos Trabalhadores Rurais comunicou à C. G. T. que no
Congresso da sua indústria, realizado em Santarém, em Setembro p. p., foi deliberado
que se convocasse este organismo a instituir uma cota inferior para as mulheres e me-
nores que trabalham nos labores campestres.

Justificou aquele organismo tal resolução
no facto de os salários das mulheres e dos menores serem inferiores aos dos homens
50% e por vezes ainda mais inferiores, pelo que se encontram em manifesta im-
possibilidade material de pagar para os sindicatos a cota estabelecida, resultando
dessa facto a sua desorganização e um certo prejuízo para a acção sindicalista, pois se
desinteressam de toda a sua associação.

Nós reconhecemos que esta questão é
deveras melindrosa, embora não seja insolu-
vel. Em organização parte-se do princípio
de que os deveres e os direitos são iguais,
qualquer que seja o sexo dos seus compo-
nentes. Partimos também do princípio de
que não deve existir diferenças de salário,
especialmente quando não há diferença

A filantropia oficial tomentando a mendicidade para sustento dum parasitarismo daninho e regalo da caridade luxuosa do burguês

PORTO, 12.—Um número sensacional do programa a cumprir pelo chefe do distrito estava na vontade inabatável de pôr côburo à pedinche profissional.

Cadastrava os verdadeiros pedintes, expulsava do burgo os que fôssem de natureza estranha e aos da terra esforçava-se por encarafá-los nas casas de administráveis.

Para este filantropista *desideratum*, sua ex., aguardou o resultado das circulares-pedintes que enviou às pessoas mais graduadas desta cidade da virgem e que logo de entrada constituiram uma elegante incerteza à sua obra, ao seu desejo de «acabar com a miséria ligüeira da pobreza»...

A-pesar do «filatropófago» sr. Manuel Pinto de Azevedo ter prometido que todos os meses arrancaria ao esforço dos operários que feneçam nas suas fábricas de tecidos, um coto de réis, a-fim-de os brindar à manutenção da mendicidade, parece-nos que o pecúlio que o ilustra sr. Eduardo Sarsfield fez às criaturas ricas da capital do norte, não surtiu aqueles efeitos salutamente lisongeiros que previu.

Como a solução que fencionava dar ao problema da penúria não era inédito, visto que era um flagrante plágio à inspiração de outros seus predecessores, nos logo calculamos que a essa solução estava reservado o tradicional fracasso. Mais: previmos que o pauperismo se agravaresse.

E de facto, decorridos quais mês do jornalístico réclame contra a pedita vagabundagem, nós observamos que os mendicantes cresceram em número e refinaram em impertinência.

A car-se uma rigorosa vassourada nos esmolentos, o Pôrto tinha que ficar: ou quais todo deserto, ou quais todo encurrado nos estabelecimentos de beneficência, se houvesse quantidade suficiente para o comportar.

O resultado dos vagabãos destes altruis-tas intermitentes, oferecem-nos sempre estás lições de consolação ao invés.

Não há dúvida que nesta renda de pedir há «uma espécie de parasitismo daninholo, «muita exploração». Essas «pessoas que se habituam à pedinche pública e que utilizam para os seus fins exploratórios crianças de tenra idade, expondo-as de noite às intempéries do frio e da chuva, transformando esses pobres seres em «mina» rendosa e lucrativa»—vão beber o exemplo de outras fontes mais aristocráticas e piedosas...

Exemplos: de porta em porta, e furtivamente, andam galantes meninas a esmolares, ou para o sagrado coração de Jesus ou para as obras meritorias das filhas de Maria Santíssima. Na mesma faixa de especulação indígena, andam intrusos de diferentes confissões a mendigar óbolsos para o Santíssimo Sacramento. E agora, já nem ao menos exigem a histórica caixa de rapé...

Nas igrejas, sumptuosas de dourados, de pratas, de ricas telas, molduras, franjas e luzes, segue-se a mesma mania de pedir aos devotos dinheiro, muito dinheiro, para as prouvidades do clero...

A fundo da rua do Heroísmo, está lá uma capela estrelada que só à sua conta... conta à porta com umas cinco caixas de esmolares, pedindo ao viandante que se lembre da situação alitiva de diversos santos da pau que ornam o interior da dita capela...

Na rua, não raro somos importunados por gentis donzelas a levar-nos, com um meigo sorriso e um pé de violeta sensual e delicadamente colocado por mãos de fada na lapela, umas notas ensebadas do falsificador Banco de Portugal—tudo para auxílio, para benefício das casas dos pobres... E no entanto...

E no entanto, sabe-se que nessas casas de beneficência o tratamento dos internados deixa muito a desejar; e no entanto, sabemos também que há dias um avô chorou ao ouvir a narrativa dumha sua neta acerca do péssimo regime de alimentação que se adopta no hospício onde está recolhida. Para essa casa de assistência, entram, sim, bons alimento. Mas elas desviam-se por outros lados, visto que jámias aparecem no refeitório das educandas...

A completar o vasto quadro, salta-nos agora de lá a radicalista Junta da Sé a pedir-nos, insistentemente, dinheiro para a compra do tal relógio da Catedral. E aos impertinentes rogos esmolantes da Junta Radical da Sé... juntam-se todos os detritos conservadores, jesuíticos, a aplaudirem a necessidade de todos nos depositarmos a bolsa nas sagradas mãos dos membros da Junta, sem o que, adeus relógio da Catedral, adeus carrilhão da Catedral a anima-tes os coruchões da torre secular...

Ora se, além da mendicância continua dos asilos, das escolas, das cruzes—às Juntas de Paróquia, às Câmaras Municipais, os governos civis, as polícias administrativas, as alfândegas, a Fazenda, emfim, o Estado nos seus múltiplos aspectos, são os maiores pedincheiros a daninhamente parasitarem, a cruelmente explorarem, com os seus ininterruptos pedidos de constantes encargos, o povo produtor—é como é que o antigo governador civil do Funchal quere exterminar a indigência, se ela até está radicada nos próprios fundamentos desta sociedade de capitalistas abutres, no próprio ímago dos poderes constituidos?

Já que se trata de pedir, o que tudo isto está a pedir é... uma valente trepa em todos os asmáticos filantropistas e um remo de aliança, de *«Jond-en-comble»*, de toda esta caranguejola política, económica e social. E para isto, pedimos ao povo que sofre que ganhe um pouco de juízo e se liberte...

C. V. S.

A organização sindical das mulheres inglesas

O comité especial da Federação dos Sindicatos Ingleses anda empenhado numa campanha preparatória da próxima Conferência Sindical que se efectuará na cidade de Manchester. O motivo desta Conferência consiste principalmente em se acordar mais eficazes processos de propaganda e organização, por meio dum ação constante de diversos grupos locais, e tendo em vista a atração da mulher trabalhadora para os sindicatos profissionais.

Cadastrava os verdadeiros pedintes, expulsava do burgo os que fôssem de natureza estranha e aos da terra esforçava-se por encarafá-los nas casas de administráveis.

Para este filantropista *desideratum*, sua ex., aguardou o resultado das circulares-pedintes que enviou às pessoas mais graduadas desta cidade da virgem e que logo de entrada constituiram uma elegante incerteza à sua obra, ao seu desejo de «acabar com a miséria ligüeira da pobreza»...

A-pesar do «filatropófago» sr. Manuel Pinto de Azevedo ter prometido que todos os meses arrancaria ao esforço dos operários que feneçam nas suas fábricas de tecidos, um coto de réis, a-fim-de os brindar à manutenção da mendicidade, parece-nos que o pecúlio que o ilustra sr. Eduardo Sarsfield fez às criaturas ricas da capital do norte, não surtiu aqueles efeitos salutamente lisongeiros que previu.

Como a solução que fencionava dar ao problema da penúria não era inédito, visto que era um flagrante plágio à inspiração de outros seus predecessores, nos logo calculamos que a essa solução estava reservado o tradicional fracasso. Mais: previmos que o pauperismo se agravaresse.

E de facto, decorridos quais mês do jornalístico réclame contra a pedita vagabundagem, nós observamos que os mendicantes cresceram em número e refinaram em impertinência.

A car-se uma rigorosa vassourada nos esmolentos, o Pôrto tinha que ficar: ou quais todo deserto, ou quais todo encurrado nos estabelecimentos de beneficência, se houvesse quantidade suficiente para o comportar.

O resultado dos vagabãos destes altruis-tas intermitentes, oferecem-nos sempre estás lições de consolação ao invés.

Não há dúvida que nesta renda de pedir há «uma espécie de parasitismo daninholo, «muita exploração». Essas «pessoas que se habituam à pedinche pública e que utilizam para os seus fins exploratórios crianças de tenra idade, expondo-as de noite às intempéries do frio e da chuva, transformando esses pobres seres em «mina» rendosa e lucrativa»—vão beber o exemplo de outras fontes mais aristocráticas e piedosas...

Exemplos: de porta em porta, e furtivamente, andam galantes meninas a esmolares, ou para o sagrado coração de Jesus ou para as obras meritorias das filhas de Maria Santíssima. Na mesma faixa de especulação indígena, andam intrusos de diferentes confissões a mendigar óbolsos para o Santíssimo Sacramento. E agora, já nem ao menos exigem a histórica caixa de rapé...

Nas igrejas, sumptuosas de dourados, de pratas, de ricas telas, molduras, franjas e luzes, segue-se a mesma mania de pedir aos devotos dinheiro, muito dinheiro, para as prouvidades do clero...

A fundo da rua do Heroísmo, está lá uma capela estrelada que só à sua conta... conta à porta com umas cinco caixas de esmolares, pedindo ao viandante que se lembre da situação alitiva de diversos santos da pau que ornam o interior da dita capela...

Na rua, não raro somos importunados por gentis donzelas a levar-nos, com um meigo sorriso e um pé de violeta sensual e delicadamente colocado por mãos de fada na lapela, umas notas ensebadas do falsificador Banco de Portugal—tudo para auxílio, para benefício das casas dos pobres... E no entanto...

E no entanto, sabe-se que nessas casas de beneficência o tratamento dos internados deixa muito a desejar; e no entanto, sabemos também que há dias um avô chorou ao ouvir a narrativa dumha sua neta acerca do péssimo regime de alimentação que se adopta no hospício onde está recolhida. Para essa casa de assistência, entram, sim, bons alimento. Mas elas desviam-se por outros lados, visto que jámias aparecem no refeitório das educandas...

A completar o vasto quadro, salta-nos agora de lá a radicalista Junta da Sé a pedir-nos, insistentemente, dinheiro para a compra do tal relógio da Catedral. E aos impertinentes rogos esmolantes da Junta Radical da Sé... juntam-se todos os detritos conservadores, jesuíticos, a aplaudirem a necessidade de todos nos depositarmos a bolsa nas sagradas mãos dos membros da Junta, sem o que, adeus relógio da Catedral, adeus carrilhão da Catedral a anima-tes os coruchões da torre secular...

Ora se, além da mendicância continua dos asilos, das escolas, das cruzes—às Juntas de Paróquia, às Câmaras Municipais, os governos civis, as polícias administrativas, as alfândegas, a Fazenda, emfim, o Estado nos seus múltiplos aspectos, são os maiores pedincheiros a daninhamente parasitarem, a cruelmente explorarem, com os seus ininterruptos pedidos de constantes encargos, o povo produtor—é como é que o antigo governador civil do Funchal quere exterminar a indigência, se ela até está radicada nos próprios fundamentos desta sociedade de capitalistas abutres, no próprio ímago dos poderes constituidos?

Já que se trata de pedir, o que tudo isto está a pedir é... uma valente trepa em todos os asmáticos filantropistas e um remo de aliança, de *«Jond-en-comble»*, de toda esta caranguejola política, económica e social. E para isto, pedimos ao povo que sofre que ganhe um pouco de juízo e se liberte...

C. V. S.

A BATALHA

no Funchal vende-se
No Bureau de La
Presse.

MALAS POSTAIS

Foi adiada para hoje a expedição de ma-

las postais pelo paquete «S. Miguel» para as ilhas da Madeira e Açores.

Neste paquete seguem malas do correio para a África Oriental (via Funchal e Cabo de Boa Esperança). Do Cais de Santos re-

cebe-se correspondência até às 9:45 mediante o pagamento de 20 centavos por «objeto. Também por Espanha e Gibraltar se ex-

pedem malas postais para a ilha de Timor,

sendo a última tiragem às 17,40.

INTRIGAS POLÍTICAS

VARSOVIA, 12.—Os jornais demonstram a impossibilidade da Polónia fazer questão do lugar de membro permanente do Conselho Executivo da Sociedade das Nações, em virtude de dar lugar a altas intrigas po-

líticas internacionais.

COLISEU DOS RECREIOS

HOJE

É mais sensacional e a mais importante estreia

de todos os tempos e de toda a parte

SCARHA-BEY

Fascinador, mago e leititro

FAKIR

O maior exemplo da vontade e potência mental

ASSOMBROSAS e sobrenaturais

experiências

ENTERRADO EM CAMPO ABERTO

O corpo em chamas

Fascinação de animais

só pelo olhar

ONDAS ELECTRO-MAGNÉTICAS

EM PLENO MISTERIO

Preenchem o programa todas as

atrações da

GRANDE COMPANHIA DE CIRCO

Teatro Maria Vitoria

duas sessões

As 8:30 e 10:15

COLossal triunfo

com a célebre revista

FOOT-BALL

ENCHENTES SUCESSIVAS

Preços populares — Geral 4\$00

Estão rigorosamente suspensas

as entradas de favor

TIVOLI

Telef. II-5474

SOIRÉE ÀS 8:30

A fuga da noiva

comédia em cinco partes com

VIOLA DANA

a célebre estrela americana

Jack Buchanan e Fay Compton

UMA CINE FARÇA

UMA CINE REVISTA

Amanhã — Matinée às 3 horas

C. V. S.

A OBRA DE UM ALTO COMISSARIO

Azevedo Coutinho, assinando um «modus vivendi» para o fornecimento de mão de obra indígena a São Tomé, atentou contra os interesses de Moçambique, não acatando os votos da população

Veio o governo, em nota oficial, tornar público que o conselho de ministros havia aprovado o «modus vivendi» elaborado entre os governos das províncias de Moçambique e São Tomé e Príncipe, acércia de fornecimento de mão de obra indígena para as roças desta última colônia; e fazendo-o, esclareceu que desse instrumento fazem parte:

1.º O repatriamento obrigatório;

2.º O salário mensal de 50\$00;

3.º Aplicação das cláusulas de «modus vivendi» aos indígenas moçambicanos que nas roças actualmente se encontram,—à medida que forem terminando os contratos existentes.

Ora, antes de entrarmos propriamente na análise-critica deste documento, convém, para o bom compreensão do assunto e para a avaliação em toda a extensão do crime cometido por Azevedo Coutinho, fazer a história progressiva da emigração para as ilhas do Equador.

Fez-se durante alguns anos e até de 1921, o fornecimento de indígenas de Moçambique para as roças de São Tomé e Príncipe. Estava pronto o «modus vivendi» para o bom compreensão do assunto e para a avaliação em toda a extensão do crime cometido por Azevedo Coutinho, fazer a história progressiva da emigração para as ilhas do Equador.

Parte da imprensa manifestou-se contra este decreto, alegando que, uma vez que para o Rand continuava o «modus vivendi» para os indígenas moçambicanos, com muito maior razão se deveria permitir a emigração para São Tomé, uma colônia portuguesa.

'A Batalha' na província e arredores

Vila Nova de Gaia

A ignobil exploração exercida pelo Estado sobre os caqueiros

VILA NOVA DE GAIA, 10.— Não deve passar sem o nosso protesto a exploração de que são vítimas os caqueiros das duas margens do Douro, aos quais o Estado persegue com toda a sorte de extorsões. Há armadores que, possuindo algumas dezenas de barcas, de onde tiram enormes lucros, pagam ao Estado menos que um operário, cujo salário orça por 6\$00. O pretexto invocado para exigir dinheiro aos caqueiros é o de que eles são... proprietários. Pois, por um barco que não vale 1.000\$00, cobra o Estado, cerca de 300\$00. Como poderão viver do seu rendimento estes proprietários? Aos armadores que ganham formidáveis salários apenas exige o Estado uma quantia que é como uma gota de água recolhida do oceano. Os caqueiros têm reclamado inutilmente, tendo uma comissão avistado em tempos várias personalidades da política, só promessas obtendo. Infelizmente, os caqueiros ainda não compreenderam que só o sindicato poderá com êxito defender os seus interesses.— C.

Moscavide

Uma reclamação justa

MOSCAVIDE, 12.— Foi convocada a população de Moscavide a reunir no Clube Familiar Moscavideense, a fim de eleger uma comissão encarregada de efectuar as necessárias «démarches» junto da Companhia dos Caminhos de Ferro para a consecução dum apeadeiro nesta localidade, uma das mais movimentadas das arrabaldes de Lisboa.

Desastre

Por ter explodido um fogão de petróleo, ficou gravemente queimado na cabeça, rosto, braços e mãos, o comerciante Augusto Lucas, que teve de ir receber curativo num ato da Cruz Vermelha ao hospital de São José.

Fiscalização camarária

A 4.ª Repartição de Obras da Câmara Municipal de Lisboa lembraram uma vedação de arame farpado que foi posta há dias por um suposto senhorio a interceptar um caminho público à saída da estação dos Olivais.— C.

Sintra

Viação eléctrica para a Ericeira

SINTRAS, 11.— Consta que se vai procurar a realização dum grande melhoramento público. Esteve nesta vila a comissão executiva do município de Mafra, que conferenciou com a vereação de Sintra, parecendo terem os dois municípios acordado em abrir concurso para o prolongamento da linha eléctrica até à Ericeira.

— Os bombeiros voluntários comemoram, na dia, em Colares, o aniversário da sua fundação.

Os ataques às oito horas de trabalho

Alguns patrões desta terra não desistem de impor ao operariado dez horas de trabalho. Algumas obras da construção civil são despedidos os que se não submetem às exigências dos recebedores. Nas obras do canteiro, os operários chegam a largar o trabalho já de madrugada. Isto é revoltante, tanto mais que há muitos operários sem trabalho.— C.

Liga dos Amigos dos Hospitais

Foram recebidos os seguintes denotivos: Manuel Maria Coelho, 120\$00; Raul Carvalho e Cunha, 30\$00; João Barahona e Costa, 50\$00; António Nunes Belo, 50\$00; D. Matilde Pais Costa Serra, 15\$00; D. Lídia Rosário Barroso, 15\$00; João L. Garcia, 18\$00; Carlos Almeida Abrantes, 18\$00; João Ermílio Gomes Rosa, 3\$00; Adelino Santos Guerra, 2\$50; José Fernandes Gonçalves, 2\$50; D. Amélia Inso, 2\$50; D. Maria Emlilia Meireles, 2\$50; Angelo Coelho Morais, 2\$50; José António Campos Henriques, 5\$00; Armando Henrique Soares Couto, 2\$50; António Andrade Júnior, 2\$50; Henrique Ricardo Santos Franco, 2\$50; Valentim Augusto da Costa, 15\$00; J. Cunha Ramos, 10\$00; A. Gomes Sequeira, 10\$00; R. Venâncio, 5\$00; António Cândido Osório, 5\$00; Manoel R. Cadete, 5\$00; Francisco R. Cordeiro, 5\$00; Miguel Ramos, 5\$00; Carlos Marques, 10\$00; Livraria Aíllaud e Bertrand, um livro de leitura para a 4.ª e 5.ª classes destinado a um doente do hospital do Rego; J. Rodrigues & C., vários livros com o mesmo fim.

«Alguns blasfemos, gente de pequena condição e menor doutrina, maquinaram, disseram, proferiram, escreveram grandes blasfemias contra a honra do Santíssimo Sacramento; por esse motivo me aprovou realizar esta solenidade para invocar a graça do nosso Redentor. Ordeno que sejam severamente punidos todos os herejes, para servir de exemplo a todos, a fim de não cairem em tão danadas opiniões, admoestando assim os bons para que perseverem nas suas doutrinas, os hesitantes para que tenham firmeza, os transviados para que voltem à santa fé católica, na qual me vêem perseverar com os prelados espíituais.

«Portanto, senhores, eu vos peço e vos aviso: que todos os meus subditos tomem cuidado, não só consigo mesmos, mas também com as suas famílias, especialmente com seus filhos, a fim de que eles sejam também instruídos que nunca possam cair em más doutrinas; assim vos ordeno que todos denunciem qualquer que saibam ou suspeitem de adesão à heresia, sem se importar com parentesco, linhagem ou amizade.

«Quanto a mim, acrescentou Francisco I, com voz retumbante, assim como, se eu tivesse um braço só, o separaria do meu corpo, assim também, se um filho meu, por desgraça, aderisse à heresia, eu imolaria-ho, fazendo dele sacrifício a Deus.»

O discurso do rei foi escutado em religioso silêncio e entusiasticamente aplaudido.

Esse bando de mulheres prostituídas de gente de igreja, de cortezões, que acompanhavam o rei cristianíssimo, sabia como se herdavam os bens dos herejes.

Quicar ou massacrar os reformados era cunhar moeda para o bando real, pois que o soberano, tendo o direito de dispor dos bens dos condenados como heresies os transmitia sempre aos bons católicos.

Matar os herejes, torturá-los, queimá-los vivos, não bastava ao devoto monarca. Era preciso estrangular

também o pensamento. O príncipe disse ainda: «É notório que a pestilência da heresia se espalha principalmente por intermédio da imprensa; o meu chanceler vai fér-vos um decreto abolindo a imprensa nos meus estados, sob pena de morte!»

O cardeal chanceler Duprat lê em voz alta este

decreto real do *Pai das Letras*, como os lacaios da corte, por uma insigne lisonja, chamaram a Francisco I.

«Nós, Francisco I, por graça de Deus rei de França, queremos, ordenamos e apraz-nos proibir que todos os impressores em geral, e a qualquer qualidade que pertençam, imprimam seja o que for, sob pena de serem enfocados.

«Tal é o nosso bom prazer,

AGENDA

CALENDARIO DE MARÇO

Q.	4	11	18	25	HOJE O SOL
S.	12	19	26	Aparece às 6,52	
	13	20	27	Desaparece às 18,41	
D.	14	21	28		
S.	15	22	29		
T.	9	16	23	1. C. dia 29 às 10,00	
Q.	10	17	24	Q. M. 7 11,50	
				1. N. 12 12,50	
				Q. C. 21 13,12	

FASES DA LUA

	1. C.	2. C.	3. C.	4. C.
	21	22	23	24

ANILINAS "JACOBUS"

De fabricação alemã As melhores do mundo!

para tingir em casa toda a qualidade de tecidos e fazendas de seda, lã, algodão, rendas, cortinados, etc.

Únicos depositários gerais:

Sociedade de Produtos Químicos, L. da

Em Lisboa: Campo das Cebolas, 43, 1.º

No Porto: Rua 31 de Janeiro, 171, 1.º

MARES DE HOJE

Praiamar às 2,18 e às 2,42

Baixamar às 7,48 e às 8,12

CAMBIOS

Países | Compra | Venda

Sobre Londres, cheque	9475
Madrid, cheque	276
Paris, cheque	71,5
Suíça	276
Bruxelas, cheque	89
New-York	19,55
Amsterdão	78,4
Itália, cheque	79
Brasil	290
Praga	58,5
Suécia, cheque	52,4
Austria, cheque	276
Berlim	4366

ESPECTÁCULOS

TEATROS

500 lrs.—A's 21—Faustos.
Teatral—A's 21,15—O Amor vence.
Sinfônico—A's 21,30—A glória.
Policlínica da Rua do Carmo, 93
Entrada: Rua do Carmo, 93
Telefone: N. 5353
Medicina, corrente e pulmões—Dr. Armando Narciso—A's 5 horas.
Cirurgia, operações—Dr. Bernardo Viana—4 horas.
Fins, vidas urinárias—Dr. Miguel Magalhães Feijó—10 horas.
Fisio—Dr. Correia Figueiredo—II e III horas.
Doenças nervosas, eletroterapia—Dr. R. Loff—2 horas.
Doenças dos olhos—Dr. Mário de Matos—2 horas, nariz e ouvidos—Dr. Mário Quervera—12 horas.
Estomô e intestinos—Dr. Mendes Belo—8 horas.
Doenças das senhoras—Dr. Emílio Paiva—2 horas.
Doenças das crianças—Dr. Filipe Manso—12 horas.
Tratamento de diabetes—Dr. Ernesto Rosa—3 horas.
Exames—Dr. Armando Lima—10 horas.
Câncer e rádio—Dr. Cabral de Melo—4 horas.
Reis X—Dr. Aleu Saldanha—4 horas.
Análises—Dr. Gabriel Seato—4 horas.

CINEMAS

Tivoli—Olimpia—Central—Condes—Chiado Terreiro—Torre—Cine Paris.

Associação de Socorros Mútuos

A Garantia Portuguesa

Sede—Rua de São Bento, 11, 1.º

AVISO

Por ordem do Ex.º Presidente é convocada a reunir a assembleia geral, para a próxima terça-feira, 16 de corrente, pelas 20 e meia horas.

ORDEM DOS TRABALHOS

Apresentação, discussão e votação do relatório e contas da Direcção e parecer do Conselho Fiscal de 1925.

Não havendo número fixo desde já marcado para a dia 24 à mesma hora—Lisboa, 13 de Março de 1926.—O Secretário da Mesa, (a) António José de Matos.

Alfaiataria do Carmo

DE

David da Costa Relvas

Calçada do Carmo, 50—LISBOA

Fatos e Sobretudos para homens e senhoras, de boas fazendas e a preços baratinhos. Fazem-se fatos com perfeição e elegância. Aceitam-se fatos a feito.

Associação de Socorros Mútuos A COMPENSADORA

Sede—Rua de São Bento, 11, 1.º

AVISO

Convoco a reunir a assembleia geral para terça-feira 16 de corrente, pelas 20 horas.

ORDEM DOS TRABALHOS

Apresentação, votação e discussão do relatório e contas da Direcção e parecer do Conselho Fiscal de 1925.

Não restando por falta de número fixo desde já marcada para o dia 24 à mesma hora—Lisboa, 13 de Março de 1926.—O Presidente da Mesa, (a) Daniel de Abreu Marques.

Associação de Socorros Mútuos A UNIÃO

Sede—Rua de São Bento, 11, 1.º

AVISO

Convoco a reunir a assembleia geral para terça-feira 16 de corrente, pelas 20 horas.

ORDEM DOS TRABALHOS

Apresentação, votação e discussão do relatório e contas da Direcção e parecer do Conselho Fiscal de 1925.

Não restando por falta de número fixo desde já marcada para o dia 24 à mesma hora—Lisboa, 13 de Março de 1926.—O Presidente da Mesa, (a) António José de Matos.

BICICLETAS CHANDLER e RALEIGH

Accessórios para todas as marcas

Armando Crespo & C. 118—Rua do Crucifixo—124 LISBOA

Calçado mais barato

BOTAS para homem desde 58\$00. Sapatos para senhora, em verniz, camurça e pele, por preços muito em conta. Grande sortido em sandálias. Rua do Comércio, 19, 21.

A BATALHA

Vai hoje à assinatura o decreto exonerando o seu pedido de cargo de Alto Comissário em Angola, o tenente coronel de engenharia sr. Rego Chaves



A ideologia das Juventudes Sindicalistas

Tese de princípios a apresentar ao II Congresso Nacional das Juventudes Sindicalistas pela sua comissão organizadora

Os primeiros sintomas

Há mais de cincuenta anos que filósofos, pensadores e sociólogos vinham notando graves sintomas de perturbação social. Estes sintomas traziam a burguesia apreensiva; o mais pequeno acontecimento, que significasse um protesto contra a autoridade de estabelecida, era — como ainda é hoje — um forte pretexto para uma repressão brutal.

Os sintomas que se observavam, que se sentiam, e que se traduziam em incidentes, tumultos, revoltas, um mau-estar social cada vez mais influente, enchia de esperança os revolucionários, cujo melhor número se encontrava nas fileiras anarquistas. Essas esperanças eram tão profundas que se murmurava: — a Revolução Social está próxima, a burguesia teme.

Por seu turno sentindo a iminência de graves acontecimentos, os filósofos, os pensadores, os sociólogos faziam numerosas hipóteses, demoravam-se em investigações, elaboravam largos estudos. Todo este trabalho foi admirável, assente em bases lógicas; e a sua influência de tal ordem que conseguiram espalhar e levar a todos os espíritos a ideia anarquista. A própria burguesia se sentiu empolgada por este fervor anarquista como doidos varridos, criminosos tarados, e passou a temer-las tanto que deixou de contestar as suas doutrinas, passou a perseguir-los com fúria, com aquela fúria de quem sente fugir o terreno debaixo dos pés. Os anarquistas passaram a ser o pesadelo dos burgueses.

Mas em todo o trabalho a que nos referimos, há um erro fundamental, tão formidável como o próprio trabalho. Há estudos sobre história, sociologia, etc. Mas todos esses livros não encaram os acontecimentos, não nos dão uma ideia dos factores da Revolução Social, nem nos dão qualquer hipótese sobre a maneira como esse extraordinário acontecimento se produziria. Em compensação, há livros admiráveis que nos descrevem, sob hipóteses, o que serão as sociedades futuras.

Em face dos acontecimentos actuais, sonhos forjados, a pôr de remissa, para os nossos descendentes, todo esse trabalho admirável; vivendo já em plena Revolução Social, não temos hoje um único estudo sobre a sua eclosão, sobre as suas fases. Resultado do erro fundamental dos filósofos, dos pensadores dos sociólogos, que sentindo os sintomas de graves perturbações, não souberam manifestar o seu verdadeiro carácter e se deixaram tomar pelas ardências do seu idealismo. O mesmo acontece hoje com os homens em relação aos acontecimentos que cada vez mais se precipitam. É curioso: a mentalidade dos homens é sempre inferior ao mais pequeno acontecimento social; dahi a grande confusão...

Fases da Revolução Social

Há já uma dezena de anos que todo o mundo vive em convulsão, que vai abalando incessantemente as sociedades contemporâneas, tudo fazendo prever que em breve elas serão totalmente ou em parte demolidas para darem lugar a novas sociedades sob uma nova civilização, porventura, mais adiantada, mas que não encarnará o nosso ideal.

Mas estes acontecimentos, esta convulsão de agora, deve regosiar-se, pela larga significação que se pode encontrar. O momento que decorre merece o nosso estudo mais aturado pelo esforço de raciocínio, cuidando não cair em qualquer erro que mais tarde nos perturbe a visão.

A mais cuidada observação dos actuais acontecimentos mostra que vivemos já sob a Revolução Social: simplesmente ela vai na primeira fase, na sua fase política.

Demasiado nos convencemos já que a Revolução não se faz; isto é, não é produzida por qualquer partido nem por qualquer organização. A Revolução produz-se por uma série de acontecimentos sempre imprevisíveis e nos quais cada partido, cada organização e cada indivíduo têm o seu papel a desempenhar.

A Revolução Social iniciou-se sem que quem quer que fosse lhe pudesse marcar data; ela seguirá as suas fases,umas vezes mais rapidamente do que outras, conforme se precipitem os acontecimentos, mas a sua marcha será sempre segura. Actualmente, por exemplo, as revoltas dos povos subjugados para a conquista da sua independência como nação, o espírito nacionalista nessas revoltas e até na política de muitas nações, os abalos nos Estados e nos governos, que incessantemente mudam de forma, mostram-nos que o espírito da Revolução Social predomina, a pesar do refinamento do militarismo, do imperialismo e da reacção, que pode ser, contudo, uma consequência. É a Revolução na sua fase política.

As lutas do proletariado pela sua emancipação económica, a defesa de nações contra a concorrência estrangeira, o esforço de cada país em suprir às suas necessidades de consumo, toda essa luta pela vida, pelo bem-estar, pela felicidade, caracterizarão a fase económica da Revolução, e o refinamento capitalista será o reflexo do estado social.

Na sua marcha segura, quando tiverem solução os problemas políticos e económicos, pela queda sucessiva das instituições burguesas, a Revolução encontrará diante de si os problemas sociais e morais. Será então que o anarquismo se estabelecerá solidamente, criando-se uma sociedade que lhe será própria, que não será, contudo, a Anarquia. Noutro capítulo traremos da diferença que há entre Anarquia e Anarquia.

O anarquismo, por si só, começará resolvendo os problemas morais, iniciando os indivíduos numa vasta cultura, que lhes permitirá o conhecimento da ciência da vida que os levará a abandonar todas as regras de viver que lhes deformam a psicologia; lhes diminuirá a vitalidade e os põem longe da Natureza.

Eis como pensamos que a Revolução se produzirá. A sua finalidade será sem dúvida a Anarquia. E na sua marcha para esta finalidade, a luta social será tanto mais violenta e tanto mais curta quanto mais perto essa finalidade se achar.

A efervescência contra a guerra

A convulsão em que a Europa se debate sempre desorienta os homens. Repete-se os episódios de todos os fenômenos sociais: as esperanças postas longe, os exageros sobre o mais leve fato, principalmente, a inferioridade mental do homem perante os acontecimentos.

Quando as potências se preparam com fantásticos armamentos para um embate formidável, os socialistas e os anarquistas faziam uma larga propaganda dum greve geral internacional que impedisse o fabrico de munições e o transporte de tropas. Para acreditarmos no éxito de semelhante movimento, seria preciso que começássemos por acreditar na sua viabilidade.

Em 1914 desencadeou-se a temerosa conflagração europeia, tão iminente durante anos. O movimento revolucionário não estava à altura dos acontecimentos, como não está ainda hoje: a greve geral fracassou, se é que foi tentada. E esboçada que ela fosse, não impediria o descurso dos acontecimentos.

O prolongamento da guerra foi cansando os povos. Começou o protesto, desde o murmúrio até à efervescência. Os actos de futilidade multiplicaram-se no exército inglês era inferida uma canção designada por «do Tipperary», e que era um queixume contra a guerra; nos exércitos franceses houve companhias que marchavam ao asalto sob a ameaça das próprias metralhadoras. Ainda bem nos recordamos da derrota de duas divisões completas do exército italiano em face do ataque dos austriacos que, por este facto, conseguiram ocupar algumas províncias italianas.

Onde a excitação contra a guerra tomou o aspecto de revolta foi no exército russo. Este exército era mal armado e mal alimentado: havia uma espingarda para quatro soldados e todos eles se tinham de valer do acaso das batalhas para conseguirem alimento. Nos assaltos, a maior parte dos soldados russos ou morriam ingloriosamente, como condenados, ou tinham de aguardar que um camarada seu caisse no campo para se apossar da sua espingarda e prosseguir no combate.

O povo, no interior do país, sentia mais do que nenhum outro a desgraça que a guerra trazia a todos. A efervescência contra a guerra interminável aumentava, indo pouco a pouco tomando o aspecto de revolta. Este vento de rebeldia alastrou até as frentes de batalha e, uma vez, inesperadamente o povo é sempre um mistério para os que se colocam acima dele — *quidamodo o exército russo volta costa ao inimigo e marcha tranquilamente sobre Petergrado, contente por terminar ele próprio a guerra.*

Este facto foi como um rastilho incendiado; imediatamente começaram as explosões. Na Alemanha a efervescência contra a guerra não era menor: todo o povo estava farto do KK fabricado com substâncias químicas, e das batatas químicas, tódia a alimentação artificial que matava os arquinava famílias inteiras. Os marinheiros de Kiel revoltaram-se, desembaram a exigirem a paz; o povo secundou-os, confundiu os seus gritos com os dos revoltosos. O clamor vai até às frentes de batalha: na França e na Bélgica, subitamente, os soldados alemães recuam, recuam sempre, e como os russos, vão para o seu país largar as armas. A paz é feita — e que paz?... Nações que se julgam vitoriosas arranjam um tratado tão complicado que raro se cumpriu: a guerra teve uma terminação aparente, imposta pela vontade popular. Ainda hoje a guerra se incendeia por todo o mundo: nessa guerra germina a Revolução, que vai resultando a sua obra progressivamente, seguramente. Ao mesmo tempo que a guerra das potências — a guerra social...

(Continua)

Uma conferência sobre horário de trabalho

Uma comissão delegada do Sindicato dos Empregados no Comércio e Indústria de Lisboa procurou ontem o Governador Civil com quem conferenciar sobre a falta de cumprimento do horário de trabalho.

O dr. Barbosa Viana prometeu facilitar algére organismo todos os meios para que o horário de trabalho seja respeitado e dar as necessárias instruções nesse sentido.

CRISE DE TRABALHO

Classes metalúrgicas

A comissão de melhoramentos do S. U. Metalúrgico de Lisboa entrevistou em 10 do corrente o ministro do Comércio sobre a situação dos operários metalúrgicos em face da crise de trabalho que muito tem afectado as classes metalúrgicas, apresentando-lhe uma série de reclamações escritas, em documento da Federação Metalúrgica.

O ministro declarou que iria vir o que seria possível fazer-se no sentido de facultar trabalho à indústria particular.

A comissão convidou todos os metalúrgicos sem trabalho que ainda não se inscreveram a fazermos no nome do Sindicato, todos os dias, das 20 às 22 horas, a fim de se efectuar uma reunião especial para tratar da crise de trabalho.

Bolsa de Trabalho e Solidariedade da Construção Civil

Este organismo faz sciente a todos os operários inscritos sem trabalho que, para conveniência de serviço, vai fazer nas próximas 2.ª e 3.ª feira, as 10 horas, duas chamadas dos operários inscritos.

Terminado este prazo, os que faltarem perdem o direito à altura em que estavam, tendo que inscrever-se novamente.

Ocorrências diversas

Na enfermaria de Sto. Onofre, do Hospital de S. José, faleceu ontem, Leônidas Rodrigues, de 30 anos, carroceiro, residente no pátio do Quintalinho, 7, ao topo, o qual, como noticiámos, caiu, no dia 9 último, da carroça de que era condutor em Moscavide, tendo fracturado a coluna vertebral.

UM DEVER DE SOLIDARIEDADE impõe-se a todos os operários em auxílio dos presos por questões sociais

Hoje, sábado, nenhum trabalhador se esqueça das amarguras que recaem sobre existências tão dignas de carinho. Contribuir, pois, com uma pequena quantia que, junto a outras, possa diminuir as privações dos operários presos é praticar um admirável acto de solidariedade, é patentejar o anseio pela liberdade dos seus camaradas.

Ainda o desastre ferroviário de Belém

Uma carta do praticante João Serra

Com o pedido de publicação recebemos a carta que a seguir reproduzimos:

Mr. redactor — A v. m. dirijo, na certeza de que será bem acolhido, como aliás é norma do vosso jornal quando se trata da defesa dos oprimidos.

O meu caso, senhor redactor, é o daquele infeliz praticante da Sociedade Estoril preso como responsável do desastre ferroviário de Belém, ocorrido em 19 de Agosto de 1924.

Desse desastre foram presos três ferroviários, que estavam fazendo serviço na estação de Belém.

Eram três, o agulheiro António Santos, já falecido, que esteve preso oito dias e que, por não se ter provado a sua culpabilidade, foi restituído à liberdade; o factor de 1.ª classe Edgar da Silva, que exerceu as funções de chefe da estação, na ausência do respectivo chefe Celestino Pereira da Silva que se encontrava de licença; e eu, praticante, à data do choque.

O factor, como prestasse a fiança de 50.000\$000 (cinquenta contos) que foi a que os arbitraram, conseguiu sair em liberdade depois de estar preso perto de 1 mês.

Eu, tendo também arranjado um fiador, que se prontificava a afiançar-me, o dr. sr. Ribeiro de Melo, juiz do 4.º Juízo de Investigação Criminal, obedecendo a um estranho critério, entendeu por bem não o aceitar. Por este motivo, só eu me encontro preso, há cerca de 2 anos, sem que contudo chegue tão ansiado momento de se apurar quem foram os verdadeiros responsáveis.

Chego, supor, sr. redactor, que a justiça em Portugal deixou de existir!

Se a uma vítima de um erro judiciário, tarda tanto o momento da reparação, agora ao fim de tão longo tempo, surge mais um exame médico, desta vez a uma perna de um Napoleão de 90 anos, comum de 200 contos, que se encontra deitado no chão, a que é devido?

A comissão previne todos os ex-operários da casa Vulcano de que na próxima segunda-feira, pelas 18 horas, o comité pró-presos.

Pró-António Nunes Canha

No Salão de Festas da Construção Civil realiza hoje, pelas 21 horas, uma grandiosa festa em homenagem a António Nunes Canha, que se encontra preso há três anos.

Subirá à cena o drama «Gaspar, o Serralheiro», cujo desempenho está a cargo do grupo dramático Solidariedade Operária.

Nos intervalos serão sorteados, em favor de Nunes Canha, os seguintes objectos: uma bôlha de prata com um franco e uma máquina de barbear com assentador e lâminas.

Presta também o seu concurso à festa a troupe familiar «Os Bichinhos», sob a regência de Mateus Meleiros.

Pró-pessoal da Fábrica Vulcano

Tendo ficado fora da fábrica Vulcano, por motivo da última greve, 44 operários, tarda tanto o momento da reparação, agora ao fim de tão longo tempo, surge mais um exame médico, desta vez a uma perna de um Napoleão de 90 anos, comum de 200 contos, que se encontra deitado no chão, a que é devido?

A comissão previne todos os ex-operários da casa Vulcano de que na próxima segunda-feira, pelas 18 horas, o comité pró-presos.

Ajudante de FORJA

PRECISA-SE Rua das Taipas, 10.

A adjudicação do Teatro Nacional

Pelo ministério de instrução foi ontem fornecida à imprensa a seguinte noticia:

Na reunião do Conselho Teatral, ontem efectuada, foi, por unanimidade, resolvido que se apresente ao sr. ministro de instrução um parecer, no sentido de que o regime preferível para o Teatro Nacional Almeida Garrett é o da administração por conta do Estado.

A greve dos ferroviários de Lourenço Marques

Um protesto da U. S. O. de Évora contra as atrocidades do Alto Comissário de Moçambique

A comissão administrativa da União dos Sindicatos Operários de Évora dirigiu ao ministro das Colónias um ofício, cuja cópia nos foi enviada acompanhada do pedido de publicação:

Ex.º sr. Ministro das Colónias. — O conselho central da União dos Sindicatos Operários de Évora, reunido em 6 do corrente, com a assistência de todos os delegados dos organismos operários desta cidade incumbiu-nos de oficiar a v. ex.º protestando contra as barbaridades de que têm sido vítimas, por parte do Alto Comissário de Moçambique, sr. Azevedo Coutinho, os ferroviários de Lourenço Marques actualmente em greve, os quais foram amarrados e metidos completamente nus nos celebres vagões-fantasma.

Em nome do operariado desta cidade rogamos a v. ex.º que mande cessar imediatamente todos esses barbarismos que nos envergonham e demita sem demora o actual Alto Comissário de Moçambique, único autor desses desmandos e da suspensão de garantias, na província de Moçambique.

Com os protestos da nossa consideração vão as nossas saudações fraternas. — Pela comissão administrativa da U. S. O. de Évora o seu secretário geral, Joaquim Alves Barroso.

ARTIGOS ELECTRICOS

Novas tabelas com preços actualizados

CASA PALISSY GALVANY

Rua Serpa Pinto, 15

INTERESSES DE CLASSE

A desmoralização nos serviços ferroviários do Sul e Sueste

Todos nós sabemos que um dos factores principais para o desenvolvimento dumha empresa industrial é o aproveitamento da oportunidade, divisão de trabalho e uma boa organização de contabilidade; não faltando outros agentes. Analisando cada factor de per si, não vemos que nos Caminhos de Ferro do Estado, não existe divisão de trabalho, não se trabalha com oportunidade, nem tanto pouco há uma boa organização de contabilidade. Portanto, é uma empresa que caminha para a sua falência.

E' necessário, que as classes organizadas comecem a pensar na socialização da indústria levando para a sua frente administradores que possuam qualidades de modo que as indústrias do Estado não sejam uma creche de políticos falidos de inteligência e de saber.

Começando pelos serviços centrais, isto é, pelos serviços da Administração Geral, encontramos graves deficiências, provenientes de, à frente dos serviços, não se encontrar um indivíduo idóneo para o desempenho do lugar.

Não é com a prática de comandar vagões J. e L. e com as habilidades exigidas a qualquer factor da Companh